

Comunicação feita ao Plenário do TCU pelo Ministro Adhemar Paladini Ghisi, Secretário-Geral, em substituição, da Secretaria dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, em 13 de Setembro de 2000.

Senhor Presidente,

Senhores Ministros e Ministros-Substitutos,

Senhor Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal,

Conforme é do conhecimento de Vossas Excelências, o TCU recebeu na semana passada, no período de 04 a 07 de setembro, os Presidentes e outros Membros dos Tribunais de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, além de dois representantes da Autoridade Fiscal de Timor Leste, para a realização do IV Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Dos sete signatários do *Memorandum* de Entendimentos dos Tribunais de Contas da CPLP, apenas a Comissão Instaladora do Tribunal de Contas de Angola deixou de participar do Encontro, em razão de impedimentos de ordem administrativa.

É com grande satisfação que, na condição de Secretário-Geral Substituto da Comissão Mista de Cooperação dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa e Coordenador da Organização do IV Encontro, trago a este Plenário, complementando a breve comunicação que fiz a respeito do assunto na última quarta-feira, informe acerca dos principais aspectos e das mais importantes deliberações do Encontro.

Inicialmente gostaria de me referir à Sessão Solene de Abertura do IV Encontro, que, por uma cortesia do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores, foi realizada no auditório do Palácio do Itamaraty, na manhã do dia 04 de setembro. Nessa solenidade, contamos com a presença, entre outras autoridades, dos Senhores Embaixadores de Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal, do Ministro Luiz Octávio Galotti, do Supremo Tribunal Federal, e do Embaixador Gilberto Velloso, Subsecretário-Geral do Serviço Exterior do Ministério das Relações Exteriores, representando o ilustre titular daquele Ministério.

O Ministro Luiz Octávio Galotti, que foi Membro do Tribunal de Contas da União no período de junho de 1973 a novembro de 1984, proferiu a palestra “As Relações do Tribunal de Contas da União com os Três Poderes”. Nessa palestra, aquela respeitada autoridade ofereceu a todos os participantes sua visão privilegiada do TCU – visão que congrega a ótica de quem pertenceu ao Tribunal com a de quem agora acompanha as ações da Instituição do ponto mais alto da hierarquia do Poder Judiciário – abordando o exercício das atribuições constitucionais do TCU em face de suas relações com o Congresso Nacional, o Executivo e o Judiciário.

Encerrou o ilustre Magistrado, seu denso pronunciamento, afirmando: “Além de manter uma linha de atribuições de caráter jurisdicional apartada do Poder Legislativo – o julgamento das contas dos responsáveis pelos dinheiros e valores públicos – exerce o Tribunal de Contas da União essa e suas outras

atribuições por competência própria, originariamente haurida da Constituição – não por delegação da Câmara ou do Senado – e sem vínculo algum de subordinação”.

Nessa mesma Sessão Solene de Abertura, pronunciou-se o Embaixador Gilberto Velloso, lendo mensagem do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Chanceler Luiz Felipe Lampreia. Lembrou o Ministro que um dos pilares que sustentam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP é o da cooperação para o desenvolvimento econômico e social, acrescentando que podemos nos orgulhar pelo desenvolvimento de vários projetos nesse sentido, ao longo desses anos de existência da Comunidade, e da cooperação entre os Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Em sua mensagem, o Ministro Lampreia também formulou os seus melhores votos para o êxito dos trabalhos do Encontro e para que a troca de experiências fosse proveitosa para todos, tendo em vista “a boa gestão dos recursos públicos e a modernização administrativa”.

Ainda, ao reportar-me ao Encontro, desejo dar relevo à mensagem recebida pelos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa da Titular do Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, Dr^a Dulce Pereira, lida na Sessão Solene de Abertura.

Não tendo sido possível à Senhora Secretária-Executiva da CPLP ausentar-se da Cidade de Lisboa, sede do Secretariado, para comparecer ao IV Encontro, encaminhou aos Tribunais mensagem na qual felicita os organizadores do evento, dá boas vindas ao Brasil às delegações visitantes e manifesta sua expectativa no sentido de ser mantido o entusiasmo dos idealizadores do Encontro para levar a cabo as tarefas acordadas nas reuniões de trabalho.

Na mensagem, afirmou a Senhora Secretária-Executiva “*que seriam particularmente oportunos projetos de cooperação técnica que garantam a boa governabilidade*”. Declarou ainda estar “*confiante na capacidade de realizarmos juntos ações que possam converter nossos países em democracias mais sólidas, com sociedades mais justas, capazes de, neste estágio do processo de globalização, transformar em oportunidades de desenvolvimento a nossa diversidade e multiculturalismo*”. E acrescentou: “*Reafirmo a disposição do Secretariado Executivo da CPLP para estabelecer mecanismos eficazes de cooperação com os TCs e em particular com esta Reunião a fim de agilizar parcerias e garantir a continuidade das ações de cooperação.*”

Considerarei importante informar a Vossas Excelências sobre a disposição da CPLP em colaborar com os Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, o que deve significar valioso impulso na consecução das metas de cooperação estabelecidas por esses Tribunais.

Feito esse registro, apraz-me esclarecer que o IV Encontro deu seqüência aos eventos realizados pelas Instituições de Contas da CPLP com a finalidade de promover debates acerca de temas técnicos de interesse dessas Instituições. À exceção do I Encontro, realizado em Lisboa, em 1995, para a assinatura do *Memorandum* de Entendimentos desses Tribunais, os demais

constituíram-se em fóruns de discussões de assuntos técnicos diretamente ligados ao controle externo. No II Encontro, ocorrido em 1996, em Cabo Verde, debatemos “As Garantias de Independência dos Tribunais de Contas” e “Os Tribunais de Contas e as Privatizações”. No III, realizado em 1997, em Moçambique, “Os Tribunais de Contas e o Controle Interno” e “Os Tribunais de Contas na Melhoria da Administração Pública”.

Os temas técnicos do IV Encontro – “Os Tribunais de Contas face ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e sua aplicação nos sistemas de gestão financeira” e “As Relações das Instituições Supremas de Controle com o Parlamento” – foram tratados nos dias 04 e 05 de setembro em reuniões nas quais cada uma das Instituições representadas apresentou trabalhos, após o que tiveram lugar as discussões.

O teor dos debates havidos poderá ser, proximamente, conhecido de todos, tendo em vista que será preparada publicação sobre o Encontro, com base em gravações feitas da íntegra das reuniões de trabalho. Quanto às conclusões e recomendações aprovadas pelos Tribunais de Contas da CPLP acerca dos dois temas, as mesmas já se encontram disponíveis, havendo os documentos finais que as reúnem, aliás, sido incluídos na Ata da Sessão Plenária da última quarta-feira, a meu pedido.

Na tarde do dia 5 de setembro, última reunião de trabalho do IV Encontro, foi realizada a Reunião da Comissão Mista de Cooperação dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Desde a instituição da Comissão Mista, em 1995, vêm sendo realizadas Reuniões anuais durante as quais se discutem os rumos da cooperação entre os Tribunais e se deliberam as medidas a serem adotadas para dar prosseguimento às ações de intercâmbio.

Durante a Reunião da Comissão Mista ocorrida na semana passada, os representantes dos Tribunais de Contas da CPLP contaram com a presença dos dois representantes de Timor Leste – Dr. Lucas Soares e Dra. Regina de Jesus de Sousa, funcionários da Autoridade Fiscal Central timorense – e puderam reiterar diretamente a eles o oferecimento que haviam feito à nação timorense em novembro último, por meio de correspondência enviada ao Chefe da Administração Transitória da ONU em Timor. Os Tribunais colocaram-se à disposição para prestar assistência técnica para a implantação de um sistema de controle externo, no momento em que o Governo timorense julgar apropriado e da forma por ele considerada a mais indicada. Ao ser tratada essa questão, tive a oportunidade de manifestar o desejo de todos de, muito em breve, ser possível ter na comunidade dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa a instituição suprema de controle de Timor Leste.

O Dr. Lucas Soares expressou sua gratidão pelo oferecimento que era feito à nação timorense e pela oportunidade de participar do IV Encontro como observador. Afirmou que tal participação era de grande importância para ele e seu país, pois comparecia ao Encontro para observar, aprender e reunir informações que venham a subsidiar a escolha do sistema de controle externo mais adequado a Timor Leste.

Aos representantes timorenses foram ofertados exemplares da Lei Orgânica e Regimento Interno, além de Relatórios de Atividades, Revistas, Manuais de Auditoria e outras publicações do TCU. Ademais, foi colocada a Secretaria do Tribunal à disposição para remeter materiais e informações complementares que sejam considerados de interesse daquela nova Nação.

Desejo destacar ainda dois outros pontos discutidos durante a Reunião da Comissão Mista de Cooperação. O primeiro foi a reeleição do TCU para sede da Secretaria-Geral da Comissão Mista por um período de três anos, nos termos do Artigo Quinto do *Memorandum* de Entendimentos. O segundo foi a deliberação no sentido de que em 2001, em data a ser definida, se realize em Lisboa, o V Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa. Decidiu-se que, no V Encontro, será abordado um único tema técnico a ser escolhido pelos Tribunais dos países africanos e será debatido e finalmente aprovado o estatuto da Organização dos Tribunais de Contas da CPLP.

Além das reuniões de trabalho, as delegações tiveram outros compromissos no âmbito do IV Encontro. Na Sessão de Encerramento realizada no Auditório Pereira Lira, na manhã do dia 6 de setembro, os representantes dos Tribunais da CPLP ouviram, juntamente com Ministros e servidores do TCU e autoridades convidadas, a palestra “O Tribunal de Contas Europeu”, proferida pelo Professor António de Sousa Franco, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Universidade Católica Portuguesa, Presidente do Tribunal de Contas de Portugal de 1979 a 1995 e Ministro das Finanças de Portugal de 1995 a 1999. Encerrou o ilustre catedrático referida palestra destacando a importância do “Sistema Tribunal de Contas”, prelevante no seio da maioria dos países da “União Européia” frente ao Sistema das Auditorias.

Nessa Sessão de Encerramento, as delegações da CPLP conheceram a *homepage* dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, organizada pela Secretaria-Geral da Comissão Mista em colaboração com a COTEC, por meio de projeção feita por técnico daquela Coordenadoria, face oportuna sugestão do ilustre Ministro Marcos Vilaça.

Nesta oportunidade, ao encerrar o IV Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, o Presidente Iram Saraiva classificou como um retrocesso as teses de mudança na atividade do controle externo com alterações no sistema colegiado do TCU, ou sua transformação em órgão técnico, qualificando essas propostas como uma sabotagem. “Seria retroceder 110 anos, quando inexistia o Tribunal, e permitir o avanço dos que se apropriam ilegalmente do dinheiro público”, afirmou o Presidente, acrescentando que é o sistema colegiado que legitima e dá respeitabilidade às decisões do Tribunal.

Cabe mencionar ainda que os delegados conheceram várias dependências deste Tribunal, visitaram o Senado Federal, e sua Exposição dos 500 Anos do Brasil, foram recebidos pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso e pelo Ministro Luiz Octávio Galloti, naquela Corte, assistiram ao desfile militar do Sete de Setembro de uma Tribuna de Honra e visitaram pontos turísticos de Brasília, dentre os quais o Centro de Exposições

do Parque da Cidade, onde tiveram a oportunidade de apreciar mostra da obra grandiosa do Arquiteto Oscar Niemeyer.

Feito esse relato sobre o IV Encontro dos Tribunais de Contas dos Países de Língua Portuguesa, desejo finalizar com uma palavra de agradecimento ao Presidente Iram Saraiva, e aos eminentes integrantes deste Plenário, pelo irrestrito apoio oferecido para a consecução das providências necessárias à organização e realização do evento. Devo acentuar, aliás, que a colaboração da alta administração desta Casa tem sido uma constante ao longo de todo o tempo em que venho respondendo pela Secretaria-Geral da Comissão Mista de Cooperação dos Tribunais de Contas da CPLP, a qual tem como titular a respeitada e sempre presente figura do Ministro Emérito Luciano Brandão Alves de Souza..

Ao final destas palavras, vencidas as etapas desse conclave, sempre na boa, estimuladora e competente companhia do caro colega e amigo Ministro Marcos Vilaça, membro integrante, como eu, da Comissão Mista de Cooperação, faz-se presente em meu espírito o dever de, através deste egrégio Plenário requerer o que considero de significativa importância: o reconhecimento desta Corte aos servidores que muito contribuíram para o êxito daquele evento.

Com esse propósito, Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que determine à unidade competente desta Casa que faça constar nos registros funcionais da servidora Sylvania Regina Caldas Ferreira Pinto, da Assessoria de Relações Internacionais, e do servidor Omir José Pereira Lavinhas, da Assessoria de Cerimonial e de Relações Institucionais, um elogio pela maneira eficiente, dedicada e segura com que atuaram na organização e realização desse conclave. Parte desse mérito, evidentemente, deve ser compartilhada com os titulares daquelas assessorias, Ana Beatriz Pascal Kraft e Erivan Carlos de Carvalho, respectivamente, a quem igualmente cabe um voto de louvor pela maneira correta e eficaz com que, mais uma vez, desempenharam suas atribuições à frente de suas unidades.

Enfatizo que diversos outros servidores empreenderam o melhor de seus esforços em prol da organização desse IV Encontro. Entretanto, seria tarefa quase impossível relacionar todos aqueles que nos auxiliaram, no anonimato de seus afazeres funcionais: digitadores, copeiras, motoristas, entre outros. Gostaria, porém, que a menção ora formulada, fosse entendida e aceita por todos os dignos servidores que tomaram parte nesse magno evento como se estivessem sendo eles próprios nomeadamente elogiados. Incluo, com agradecimentos e prazerosamente, nesse merecido voto de louvor, os caríssimos integrantes e dirigentes do Coral do Tribunal, brilhantemente presente nas sessões de Abertura e de Encerramento do conclave.

Para concluir, gostaria de agradecer o apoio técnico que diversos servidores prestaram à Secretaria do IV Encontro, destacadamente os servidores do meu Gabinete, os Analistas Paulo Roberto Wiechers Martins e Artur Adolfo Cotias e Silva, além do servidor da Coordenadoria de Fiscalização e Controle –

COFIS, André Luiz Furtado Pacheco, pela segurança de sua assessoria e pelos conhecimentos transmitidos aos participantes do evento.

Era essa a comunicação e o requerimento que, ao final deste pronunciamento, gostaria de transmitir a Vossa Excelência e aos meus ilustres Pares. Muito obrigado.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 13 de setembro de 2000.

ADHEMAR PALADINI GHISI

Ministro do Tribunal de Contas da União